

**ROSICLÉRIA DOS SANTOS MARTINS
TALITA GUSSO VIANA**

ESTOQUES SOB A ÓTICA DO IFRS E BRGAAP: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Controladoria.

Professor Orientador: MSc. Wesley do Nascimento

CURITIBA

2010

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a Deus e a todas as pessoas que acreditaram em nós e, sobretudo aquelas que se fizeram presentes nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por ser fonte de inspiração e coragem.

Agradecemos ao coordenador do curso, Professor Ademir Clemente, pela oportunidade de realizarmos a Pós-Graduação em Controladoria, e pelo incentivo ao desenvolvimento deste trabalho.

Agradecemos ao nosso Professor orientador, Wesley do Nascimento, pelo apoio discussões para realizarmos este projeto.

AGRADECIMENTOS

Eu, **Rosicléria** agradeço:

Aos meus pais, **Conceição e Lafaiete**, pelo exemplo de vida, pelo amor e apoio incondicional e pelo esforço dedicado para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo, **Gilberto**, pelo amor, compreensão e presença constante.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse realizar esse trabalho.

Eu, **Talita** agradeço:

À minha mãe, **Nanci**, que com seu amor incondicional sempre me apoiou academicamente, profissionalmente e afetivamente.

Ao meu esposo, **Francelino**, pelo amor, paciência, companheirismo e apoio em todos os momentos desta importante etapa em minha vida.

A minha colega de equipe, **Rosicléria**, pelos momentos de aprendizagem constante e pela amizade construída ao longo deste trabalho.

As minhas amigas, **Jaqueline e Susana**, por todos os trabalhos realizados juntas e pela amizade construída.

A todos os que contribuíram com suas reflexões para que eu e a Rosicléria pudéssemos desenvolver este trabalho.

RESUMO

MARTINS, R.S. VIANA, T.G. **ESTOQUES SOB A ÓTICA DO IFRS E BRGAAP: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.** O processo de globalização é constante e demanda muitas informações para que todos possam acompanhar as mudanças ocorridas em vários setores da economia. Em meio a essas transformações a contabilidade como ciência que estuda o patrimônio das entidades foi incumbida de uma importante missão: a de levar informações confiáveis aos seus usuários, utilizando uma linguagem clara que pudesse ser entendida por eles em qualquer parte do mundo. Surge, então, o processo de harmonização contábil. Tal processo propôs procedimentos contábeis que pudessem ser adotados internacionalmente, sem que sua aplicação pudesse comprometer a idoneidade das informações. Diante desse cenário, várias instituições e estudiosos contábeis no Brasil se mobilizaram para adequar a contabilidade e a legislação às diretrizes internacionais. Diante disso, este trabalho tem por escopo apresentar as principais diferenças e semelhanças no âmbito internacional e nacional para as práticas contábeis adotadas para um dos principais itens do ativo circulante, o estoque. Metodologicamente, classifica-se como uma pesquisa descritiva, qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. No que diz respeito às metodologias aplicadas para mensuração de estoque, os resultados encontrados na pesquisa apontam que não existem diferenças expressivas entre as normas, já que tanto o IFRS e o BRGAAP aplicam o PEPS e a média ponderada móvel como técnicas de avaliação. Um dos aspectos contábeis que mais distancia a norma local da internacional em relação a mensuração de estoques é o “*Fair Value*” ou valor justo, utilizado pela norma internacional. No Brasil, os métodos para mensurar os ativos estocados que mais se aproximam do “*Fair Value*” é o valor realizável líquido e o valor de mercado.

Palavras-chave: estoques, IFRS, IAS2, contabilidade, harmonização.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Custo de Transformação	38
Quadro 2 – Custo de Produção.....	39
Quadro 3 – Margem Fábrica	39
Quadro 4 – Custo do Produto Fabricado	40
Quadro 5 – Custo do Produto Vendido	40
Quadro 6 – Comparação BRGAAP X IFRS	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As quatro classes de estoques de materiais.....	31
Figura 2 – Ficha de controle de estoques segundo o PEPS.....	33
Figura 3 – Ficha de controle de estoques segundo o UEPS.....	35
Figura 4 – Ficha de controle de estoques segundo a média ponderada	36

LISTA DE ABREVIATURAS

BRGAAP : Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos no Brasil

CFC : Conselho Federal de Contabilidade

CPC : Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM : Comissão de Valores Imobiliários

IAS : International Accounting Standard

IASB : International Accounting Standards Boards

IBRACON : Instituto Brasileiro de Contadores

IFAC : International Federation Of Accountants

IFRS : International Financial Reporting Standard

IOSCO : International Organization Of Securities Commission

NBCT : Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas

NPC : Normas e Procedimentos de Contabilidade

RIR : Regulamento do Imposto de Renda

USGAAP : Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos no EUA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PRINCIPAIS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE CONTABILIDADE	16
2.1	LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES	16
2.2	CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	19
2.3	CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	21
2.4	IASB – <i>INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARDS</i>	22
2.5	IFAC – <i>INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS</i>	24
2.6	IOSCO – <i>INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSION</i>	25
3	ESTOQUES	27
3.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES	32
3.1.1	PEPS – Primeiro que entra primeiro que sai	33
3.1.2	UEPS – Último que entra primeiro que sai	34
3.1.3	Média Ponderada Móvel	36
3.2	CUSTOS DOS ESTOQUES	37
4	METODOLOGIA	42
5	COMPARAÇÃO ENTRE AS NORMAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS	44
5.1	COMPARAÇÃO ENTRE CONCEITO DE ESTOQUES – IFRS X BRGAAP	45
5.2	COMPARAÇÃO ENTRE MENSURAÇÃO DE ESTOQUES – IFRS X BRGAAP	46
5.3	COMPARAÇÃO ENTRE TÉCNICAS DE CUSTEIO – IFRS X BRGAAP	48
6	ANALISE COMPARATIVA	54
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
8	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

É amplamente conhecida a importância da globalização para o desenvolvimento econômico a nível internacional. Em razão das mudanças ocorridas em função desse processo, surge a necessidade de determinar alguns procedimentos que proporcionem a todos os países condições de inserção no mercado de forma que eles possam se beneficiar das oportunidades que surgem na economia global, e as informações que atualmente são transmitidas quase que instantaneamente, além de rápidas devem ser claras e possuir uma linguagem que possa ser entendida universalmente, inclusive no mundo dos negócios. Diante desse cenário é atribuída à contabilidade uma importante missão: a de produzir e fornecer informações para aqueles que anseiam investir, obter créditos ou tomar decisões referentes a algum negócio.

Atualmente a contabilidade vem ganhando força no ambiente empresarial, se tornado uma “linguagem de negócios” e sendo responsável por informações relevantes para as tomadas de decisões. Ela é uma ciência social aplicada e como afirmam Fernandes; Santos e Schmidt (2004) e Niyama (2005) ela está fortemente regionalizada, e fatores como a política, a economia, a cultura e a legislação interferem diretamente nas práticas contábeis de cada país. No entanto, a economia globalizada requer das empresas, que negociam no mercado externo, demonstrações comparáveis e confiáveis, surge então a necessidade da harmonização contábil internacional.

Isto é decorrente da nova contextualização da contabilidade como uma ciência globalizada e unificada, voltada a atender tanto o mercado interno quanto o externo. Tão forte é a expressividade da contabilidade, que as empresas de Capital Aberto e de Grande Porte no Brasil precisarão reportar suas demonstrações contábeis / financeiras de acordo com as normas internacionais – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Como conseqüência foi preciso que a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 fosse adequada a este novo momento do universo contábil, e para tanto foi

divulgada no ano de 2008 a Lei nº 11.638 que traz mudanças na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis / financeiras.

Diante disso, o presente estudo tem como escopo apontar as principais semelhanças e diferenças entre procedimentos contábeis, para mensuração dos estoques ao adotar o IFRS em comparação com a legislação local. Paralelo a esse objetivo, intenciona-se também verificar a importância dos principais organismos internacionais e nacionais que normatizam a contabilidade bem como identificar os objetivos das normas internacionais de contabilidade e também descrever as metodologias de estoques para o IFRS e BRGAAP.

PROBLEMA

A contabilidade é uma ciência social aplicada e por esse motivo suas práticas estão muito relacionadas com ambiente em que atua. Fatores como a cultura, estrutura política e até mesmo o nível econômico de um país podem influenciar nas práticas contábeis, bem como na sua evolução.

A contabilidade é utilizada por vários usuários com a finalidade de conhecer a situação econômico-financeira das empresas. Essa prática é muito comum, principalmente para avaliação de riscos ao se realizar investimentos, tanto no mercado nacional como internacional. No entanto, as práticas contábeis diferem de um país para outro e isso acaba dificultando a compreensão e análise das demonstrações. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade dos relatórios contábeis fez-se necessário criar um processo de harmonização proposto pelo IASB – *International Accounting Standards Boards* por meio das normas internacionais de contabilidade.

As práticas contábeis estão fortemente relacionadas às características e a economia de cada país, dessa forma, entende-se que a harmonização contábil pode impactar o resultado das demonstrações apresentadas em diferentes países. Portanto, a questão de pesquisa orientativa do presente estudo é a seguinte: quais as principais semelhanças e diferenças entre procedimentos contábeis, para mensuração dos estoques, ao adotar o IFRS em comparação com a legislação local?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

A necessidade de harmonização foi estabelecida em função do processo de globalização, uma vez que os investidores requerem mercados conhecidos e confiáveis. Esse cenário apresenta alguns desafios, não só para estudiosos, profissionais e usuários das demonstrações contábeis, como também para as instituições que normatizam a contabilidade, pois possuem importante papel no processo de harmonização. Diante disso e do problema apresentado, o presente trabalho tem o objetivo de apontar as principais semelhanças e diferenças entre procedimentos contábeis para mensuração dos estoques, ao adotar o IFRS em comparação com a legislação local.

Objetivos Específicos

Alinhados ao objetivo geral, têm-se os objetivos específicos a saber:

- Verificar a importância dos principais organismos internacionais e nacionais que normatizam a contabilidade;
- Identificar os objetivos das normas internacionais de contabilidade;
- Descrever as metodologias de estoques para o IFRS e BRGAAP;
- Apontar as principais semelhanças e diferenças entre as metodologias adotadas;
- Identificar as semelhanças e diferenças entre o IFRS x BRGAAP na conta estoques.

JUSTIFICATIVA

Conforme observa Trindade (apud CARVALHO; LEMES e COSTA, 2006), ex-presidente da CVM – Comissão de Valores Imobiliários –, no ambiente em que a informação flui rapidamente, com pouco ou nenhum entrave, o fluxo de capitais corre em abundância e irrestrito. Vive-se em um mundo em que o capital circula com liberdade e que combinado com a quantidade de informação disponível, permitem que os sócios e administradores das empresas tenham acesso as melhores oportunidades de investimento.

É possível comparar entidades espalhadas por todo o mundo, cuja situação econômica e financeira é baseada em critérios e regras distintas, com outros investimentos em diversos países, escolher empresas, projetos e instituições nas quais se pretende investir, das quais se pretende ser credor ou com quem se deseja negociar. Isso é viável desde que se tenham pessoas e / ou profissionais no mercado que compreendam cada um desses critérios e regras, e que os convertam para um padrão inteligível para aqueles interessados. Contudo, o custo de realizar a conversão e a comparação caso a caso “é totalmente desnecessário” na sociedade global e desenvolvida. Os padrões contábeis específicos para cada país foram instituídos mais por questões históricas do que técnicas (TRINDADE apud CARVALHO; LEMES e COSTA, 2006).

Ainda conforme o mesmo autor, a harmonização dos padrões contábeis internacionais não se limita a preocupação com os altos custos de realizar conversões e comparações contábeis, já que esse gasto, considerado desnecessário para aquele que anseia investir, transferir-se-á para aquele que intenta receber o investimento (como assim o mercado faz). A harmonização dos padrões contábeis internacionais faz-se necessário também em virtude de que é cada vez mais embaraçoso discutir sobre empresas locais, desde multinacionais até pequenas e médias empresas, todas têm seu grau de dependência com o mercado externo, seja em relação aos seus fatores de produção, quanto aos seus mercados ou quanto a suas estratégias.

De acordo com Farah (2005), a harmonização contábil é inevitável e com certeza o Brasil deverá tomar uma posição para adequar-se às mudanças que surgirão em função desse processo. Ainda afirma que o correto entendimento das demonstrações contábeis propiciará às entidades maior rapidez na captação de recursos, mais clareza e confiabilidade nas informações apresentadas, elevam as oportunidades para abertura de capital em grandes bolsas de valores, além disso, poupará os profissionais do re-trabalho na convergência dos relatórios.

Para o Brasil, assim como para as demais nações que possuem relações com o mercado externo, ou ainda aquelas que intentam investir fora do país, será essencial a adaptação as mudanças propostas para a apresentação dos relatórios financeiros internacionalmente. Considerando que se as demonstrações forem apresentadas adequadamente a tendência para essas empresas será de maior aceitação, pois a facilidade de interpretação e a credibilidade nas informações serão maiores.

Dessa forma, é fundamental que as regras internacionais de contabilidade sejam aplicadas no Brasil para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, e para possibilitar financiar parcela importante do crescimento das empresas brasileiras por meio do mercado de capitais. Diante disso, faz-se necessária a presença de profissionais especializados que conheçam profundamente essas normas, e possam aplicá-las e apresentar aos usuários relatórios confiáveis e claros, que demonstrem os reflexos da contabilidade internacional sobre a contabilidade local.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em quatro seções. Na primeira seção, está explicitado o problema de pesquisa, seus objetivos e a justificativa que demonstra a relevância da pesquisa. Na segunda seção, tem-se a definição dos principais órgãos regulamentadores de contabilidade no âmbito nacional e internacional, ainda nesta seção são apresentados conceitos de estoques, descreve-se também as principais metodologias adotadas para sua avaliação e como é determinado o seu custo, além disso, discorre sobre a avaliação de estoques em BRGAAP e IFRS. Na terceira seção são apresentadas as similaridades e divergências para o tratamento dos estoques à luz da norma nacional e internacional. Na quarta seção é apresentado um quadro resumo apontando as principais semelhanças e diferenças entre procedimentos contábeis, para mensuração dos estoques, ao se adotar o IFRS em comparação com a legislação local.

2 PRINCIPAIS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE CONTABILIDADE

O cenário globalizado dos negócios tem proposto novos desafios aos profissionais, especialmente para os da área contábil. Uma das maiores dificuldades decorre de que, no mundo todo, as empresas captam recursos em países que oferecem condições menos onerosas e aplicam em outros onde as oportunidades de investimento são mais atrativas. Entretanto, para realizar essas operações há a necessidade de se obter e apresentar demonstrações comparáveis entre um país e outro, podendo assim, auxiliar na tomada de decisões (FERNANDES; SANTOS e SCHMIDT, 2004).

A globalização tem influência direta na contabilidade uma vez que são crescentes as operações com empresas de diferentes países. O mercado está aberto a novos negócios e oferece aos administradores uma vasta oportunidade de investimentos. Porém, um dos problemas enfrentados é a maneira como irão apresentar as informações contábeis aos seus credores ou investidores, já que segundo os mesmos autores, a contabilidade não apresenta uma linguagem universal e ainda está regionalizada. Diante disso, como afirma Niyama (2005), inicia-se um processo de harmonização contábil internacional que envolve organismos de nível internacional e algumas entidades regionais.

2.1 LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

A contabilidade sempre foi muito influenciada pela legislação fiscal, tal fato embora oferecesse alguns benefícios para a prática contábil, limitava o avanço da contabilidade para o progresso e aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, já que na maioria das empresas a escrituração era com base na lei fiscal. Com o anseio de minimizar esse problema a Lei das S.A. determina em seu artigo 177 que a escrituração deve ser realizada de acordo a lei 6.404 de 15 de

dezembro de 1976 e observando os “princípios de contabilidade geralmente aceitos”. Se houver outras exigências que não estabelecidas na referida lei, estas deverão ser apresentadas em registros auxiliares (FIPECAFI, 2003).

De fato a contabilidade quase sempre foi feita para atender a fiscalização, fazendo com que a aplicação dos princípios e postulados contábeis fosse deixada a margem, e a essência sobre a forma, o que dava realmente sentido a prática contábil, era faltamente esquecida. No entanto com advento da lei das S.A. esperava-se que a situação tomasse um direcionamento diferente e mais concreto.

A criação dessa lei representou um grande avanço para a contabilidade. E sua aplicação não impedia a contemplação dos aspectos legais, contrário a isso, quanto mais próximo o fiscal estivesse da contabilidade oficial, melhor. Porém, apesar da evolução que foi a tentativa de harmonizar esses dois lados, a aplicação da Lei 6.404/76 ainda era restrita em função de algumas posições assumidas pelas autoridades fiscais (FIPECAFI, 2003).

Como já mencionado nesse trabalho, as práticas contábeis estão ainda regionalizadas e diferem de um local para o outro em função das práticas do mercado local, da política, da cultura, da economia, de aspectos históricos (como a colonização) entre outros fatores. Isso, no Brasil, é confirmado pelas exposições no parágrafo acima. Apesar da proposta de melhoria contábil ele ainda não consegue abandonar as antigas práticas, quase que enraizadas na cultura contábil.

Segundo Fernandes; Santos e Schmidt (2004), atualmente, conceitos econômicos, de capitais e empresas nacionais de forma segregada não tem muita ênfase. A globalização trouxe muitas mudanças e com elas a necessidade de harmonização contábil a nível mundial, já que os investidores aplicam nos mercados que eles conhecem e confiam. Nesse contexto são apresentados novos desafios para estudiosos, profissionais e entidades responsáveis pela elaboração de normas contábeis. Assim, como afirma Farah (2005), o Brasil deve se posicionar de modo a adotar normas contábeis que sejam aceitas e entendidas em outros países, bem como

atualizar sua legislação (Lei 6.404/76), que infelizmente ainda está mais voltada a conceitos fiscais do que técnicos.

Farah (2005) e Ernst & Young e Fipecafi (2009), relatam que profissionais, estudiosos, órgãos reguladores e usuários das demonstrações contábeis dedicaram-se ao longo das duas últimas décadas em estudos para a atualização da Lei das S.A., com objetivo de torná-las adequadas às necessidades de informações locais e globais. Um processo moroso que durou sete anos até ser aprovado o projeto que deu origem a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. As alterações na legislação societária proporcionaram uma aproximação das normas contábeis brasileiras as internacionais, e sua aplicabilidade passou a ocorrer a partir de 1º de janeiro de 2008.

A contabilidade brasileira que até então se respaldava mais na legislação fiscal do que nas normas e princípios contábeis, agora ganha uma nova perspectiva sob a luz da atual lei societária. As autoridades nesse assunto perceberam que a globalização exige inovações para que as empresas e o país cresçam e acompanhem o mercado. A adequação com a harmonização contábil é fundamental para que o Brasil, assim como outros países, mantenha boas relações com o resto do mundo, aumentando as oportunidades de negócios, de angariar recursos e fazer novos e mais atrativos investimentos no mercado.

É provável que futuramente alguns estudiosos e profissionais da área critiquem o advento da Lei 11.638/07 e proponham alterações para o Brasil, novamente, se adequar ao modelo econômico da época, já que o mundo vive constantes mudanças e o mercado a cada dia se torna mais dinâmico. Porém, enquanto isso não acontece, pode-se afirmar que o Brasil deu um importante passo com a alteração da Lei das S.A. almejando alinhar as normas brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade, tornando as demonstrações financeiras mais acessíveis e comparáveis para análise de investidores externos, proporcionando maior facilidade de negociações para as empresas nacionais.

2.2 CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

A profissão contábil foi marcada profundamente no século XX, com a crise de 1929, a quebra da Bolsa de Nova York impulsionou a profissão contábil e foram criados vários órgãos regulamentadores tendo como objetivo emitir normas contábeis para controlar o mercado (CRC-MA, 2009). Após algum tempo, o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade foram criados através do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, e atua diretamente no exercício da profissão contábil de forma orientativa, normativa e fiscalizatória (NIYAMA, 2005).

As novas tecnologias e a globalização da economia trouxeram com elas a necessidade da regulamentação da profissão contábil, uma vez que o volume de negociações no mercado aumentou. Agora, muito mais que uma pessoa que dominasse cálculos matemáticos, as empresas necessitarão de outras qualificações mais refinadas dos profissionais contábeis para fins de tomada de decisão.

Ao longo dos anos o CFC foi aprimorando suas atribuições. Em 1972 o Conselho Federal de Contabilidade tornou obrigatória a observância dos princípios contábeis pelas empresas de capital aberto, entretanto não deixa claro quais serão os princípios que deveriam ser observados. Em 1993, a contabilidade deu um grande passo com a definição dos sete princípios (Entidade, Continuidade, Custo como Base de Valor, Prudência, Competência, Objetividade e Atualização monetária) estabelecidos pelo CFC. O CFC também criou um grupo de trabalho para editar normas contábeis brasileiras buscando adequar-se às normas internacionais de contabilidade (NIYAMA, 2005).

A preocupação do CFC não se limitava em coordenar os órgãos regionais e fiscalizar a profissão contábil. Apesar da barreira fiscal, a contabilidade parece ser vista sob um prisma diferente, ela precisava adequar-se às necessidades do mercado. A globalização quebrou as fronteiras econômicas entre os países e a contabilidade precisa se adaptar a esse novo cenário, já que estão disponíveis para as empresas várias opções de negócios.

Em 2007 é criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis pela Resolução 1.066/05 do Conselho Federal de Contabilidade, sendo composto por cinco entidades, a saber: APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado); ABRASCA (Associação Brasileira de Companhias Abertas); Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo); FIPECAFI e IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) e tendo total independência em seus pronunciamentos contábeis.

Sua criação já estava prevista no projeto que daria origem a Lei 11.638/07, mas várias instituições que trabalhavam em conjunto viram a necessidade de sua antecipação e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis surgiu antes mesmo da lei que contemplava sua concepção. A CVM e outras instituições poderão emitir normas contábeis que deverão observar os padrões internacionais de contabilidade utilizados pelos principais mercados de valores mobiliários. Tal fato influenciará os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Ainda, a adoção das normas internacionais exige que os profissionais da área contábil conheçam imediatamente os procedimentos a serem adotados para elaboração das demonstrações financeiras (ERNST & YOUNG e FIPECAFI, 2009). O CPC deve trabalhar em conjunto com o CFC, com o objetivo emitir pareceres técnicos sobre procedimentos contábeis na tentativa de uniformizar a criação de normas contábeis no Brasil, considerando a necessidade de harmonização (FARAH, 2005).

O Conselho Federal de Contabilidade passa a ter mais uma importante atribuição. A criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, mais uma vez, evidencia a preocupação da classe contábil e demais entidades com o processo de harmonizar a contabilidade não só a nível internacional, já que nesse processo estão envolvidos vários órgãos brasileiros, cada um com suas atribuições, mas com propósitos parecidos: alinharem-se as práticas impostas pela economia globalizada e com isso fomentar o mercado brasileiro no mundo.

2.3 CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda criada pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e tem como objetivo disciplinar, normatizar e fiscalizar o funcionamento do mercado de valores mobiliários (CVM, 2009). Relatam Fernandes, Santos e Schmidt (2004) que a CVM também trabalha de forma conjunta com a Lei das Sociedades por Ações e emite normas contábeis a serem adotados pelas companhias de capital aberto.

A CVM não tem função fiscalizatória em relação às informações apresentadas pelas empresas, no entanto, para manter a qualidade e a regularidade ela emite padrões a serem seguidos pelas companhias. Se eventualmente alguma delas cometer irregularidades a CVM tem competência para apurar, julgar e aplicar medidas punitivas que podem ir desde uma simples advertência até a inabilitação da instituição para atuar no mercado de valores mobiliários (CVM, 2009).

A Comissão de Valores Mobiliários desempenha um trabalho de grande relevância para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil. Além de editar os procedimentos a serem adotados pelos integrantes de mercado, trabalha em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo Fernandes, Santos e Schmidt (2004), os negócios já não se limitam mais as fronteiras entre os países, o mercado se expandiu internacionalmente. Ernst & Young e Fipecafi (2009) afirmam que países com pouca tradição em mercados de capitais tendem a ter mais dificuldade para desenvolver normas contábeis para regular a incursão de agências reguladoras governamentais. O Brasil vivenciou essa situação até a criação da Lei 11.638/07, que altera alguns dispositivos da Lei 6.404/76. Até então organismos como a CVM forçavam-se a ditar algumas normas para as companhias com ações negociadas na Bolsa de valores, já que não havia nenhuma outra entidade que o fizesse. Com a alteração da Lei das S.A. a CVM emitirá normas contábeis que deverão atender os padrões internacionais, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Diante disso, percebe-se o esforço conjunto dessas instituições para manter a qualidade e garantir a confiabilidade das informações apresentadas pelas empresas. Sem dúvida, também estão trabalhando com os olhares voltados para o processo de harmonização contábil, já que o mercado de capitais é de abrangência internacional.

2.4 IASB – *INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARDS*

O Colegiado de Padrões Contábeis Internacionais (IASB) teve como antecessor o IASC – *International Accounting Standards Committee*, que em português é o Comitê de Padrões Internacionais de Contabilidade. O IASC foi criado no ano de 1973, em função do Congresso Internacional de Contadores em Melbourne na Austrália (NIYAMA, 2005). O IASB é uma instituição independente e privada que foi criada em 2000. Suas normas (IFRS – *International Financial Report Standards* ou Normas Internacionais de Relato Financeiro) não têm relação com jurisdição de nação alguma, sendo sua perspectiva inteiramente internacional (CARVALHO; LEMES e COSTA, 2006). Segundo Niyama (2005), o IASB é formado por um conselho de membros, no qual participam entidades profissionais de diversos países, inclusive do Brasil, que tem como representante o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e o Conselho Federal de Contabilidade, tendo como objetivos:

- a) Desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas;
- b) Promover o uso e aplicação rigorosa dessas normas; e
- c) Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade (NIYAMA, 2005, p. 41).

A economia globalizada derrubou as barreiras entre países e trouxe com ela a necessidade da harmonização, já que a contabilidade local tem suas particularidades e essa diferença de padrões contábeis entre países dificulta a análise por parte dos usuários interessados. As oportunidades de negócios internacionais para as empresas

são crescentes, sendo assim elas devem apresentar relatórios claros, confiáveis, de fácil entendimento e comparáveis com outras sociedades. Com o objetivo de proporcionar essa facilidade, o IASB desenvolve normas na sua essência, inteiramente internacionais para que as empresas possam fazer a conversão das demonstrações contábeis de modo que elas fiquem apresentáveis em outros países.

Niyama (2005) salienta que a aplicação dos pronunciamentos editados pelo IASB não são de caráter obrigatório, e sim uma referencia opcional para que as demonstrações sejam apresentadas de uma maneira harmônica e fácil de entender por parte dos investidores e demais interessados. O maior objetivo desse órgão é que haja maior comparabilidade entre as informações financeiras emitidas em diferentes países. A União Européia determinou que a partir de 2005 todos os países do bloco deverão apresentar suas demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

No Brasil, a CVM em sua Instrução Normativa nº 457 de 13 de julho de 2007, estabelece que as companhias de capital aberto deverão, a partir de 2010, publicar suas demonstrações contábeis de acordo as normas emitidas pelo IASB, sendo facultativa a adoção no exercício findo em 2009. No entanto, para fins comparativos, em 2010 o exercício anterior também deverá ser publicado em consonância com o IFRS.

A aplicação das normas emitidas pelo IASB tem grande importância para os países que anseiam investir no mercado externo, especialmente aqueles que têm os olhos voltados ao mercado de capitais. A apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, oferece maior transparência e confiabilidade, além da facilidade de acesso as fontes internacionais de financiamento e investimento.

2.5 IFAC – *INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS*

A IFAC ou Federação Internacional de Contadores é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, com sede em Nova York, conta com a participação de 157 membros (no ano de 2005), onde o Brasil é representado pelo IBRACON e CFC, foi fundada em 1977 e tem como missão:

...estreitar o relacionamento da profissão contábil em nível mundial, atendendo à demanda de interesse público, contribuir para o desenvolvimento da economia internacional, estabelecendo e promovendo aderência à elevada qualidade técnica dos padrões profissionais (além de buscar a convergência desses padrões) e, finalmente, representar a profissão em assuntos de interesse público (NIYAMA, 2005, p 43).

São publicados pelo IFAC guias de recomendações e padrões profissionais através de seus comitês:

- Comitê de padrões de auditoria: normatiza os padrões de auditoria contribuindo para uniformizar as práticas profissionais em todo o mundo;
- Comitê de educação: realiza programas, estabelece padrões ou guias de recomendações com a finalidade de fomentar a educação a nível internacional;
- Comitê de ética: estabelece o código de ética de modo que cada país possa editar seu código de ética;
- Comitê de contadores profissionais para o gerenciamento dos negócios: orienta como os contadores devem conduzir suas atividades gerenciais;
- Comitê do setor público: edita padrões contábeis para o setor público a nível internacional; e
- Comitê de auditores transacionais: idêntica os problemas de auditoria, tem a finalidade de promover a transparência e a qualidade dos atos de auditoria (NIYAMA, 2005).

Com o desenvolvimento do mercado e a globalização econômica, a classe contábil se torna mais atuante em função das necessidades de comparabilidade dos relatórios contábeis entre um país e outro. Além disso, o volume crescente de negócios a nível internacional requer clareza e confiabilidade no que refere as demonstrações apresentadas. Para atender essa demanda é preciso haver comunicação entre as entidades (dos vários países) que emitem normas e pareceres contábeis com o intuito de promover a qualidade técnica dos padrões profissionais, bem como buscar a convergência entre os mesmos. Nesse sentido o IFAC faz um ótimo trabalho com seus Comitês, visando prover a educação, as boas práticas e a integridade das classes envolvidas.

2.6 IOSCO – *INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSION*

A Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) foi criada em 1983, atualmente conta com a participação de 130 (cento e trinta) órgãos reguladores semelhantes à Comissão de Valores Mobiliários e abrange quase todo o movimento de mercado de capitais do mundo (CVM, 2009). Segundo Niyama (2005), a IOSCO não é um órgão que normatiza padrões contábeis e dentre seus principais objetivos destacam-se os seguintes:

- trabalhar para garantir o elevado padrão de regulamentação de regulamentação do mercado de capitais de modo a preservar e manter a integridade do mercado;
- promover a troca de informações sobre as práticas do mercado de capitais contribuindo para o desenvolvimento dos mercados domésticos;
- estipular padrões para monitorar transações internacionais que envolva títulos; e
- estabelecer padrões a serem aplicados que promovam a integridade do mercado.

Diante desses objetivos a IOSCO pode utilizar as demonstrações contábeis como ferramenta para manter a integridade do mercado de capitais. O intercâmbio, entre os países, promovido pela IOSCO e os padrões por ela estabelecidos, além de promover boas práticas do mercado, incentivam a apresentação de relatórios mais confiáveis, uniformes e comparáveis.

Na reunião anual em 1995, a IOSCO tornou obrigatória, a todas as empresas que realizam operações do mercado de capitais, a adoção das normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB. Essa medida facilitou a entrada de algumas empresas que intencionavam participar do mercado norte-americano, cujas Bolsas exigiam demonstrações nos padrões USGAAP (NIYAMA, 2005). Isso demonstra, mais uma vez a abrangência da contabilidade nas operações do mercado mobiliário e enfatiza a importância da adoção de procedimentos aplicáveis internacionalmente, tornando possível manter a integridade dos organismos reguladores do mercado de capitais e a transparência nas demonstrações apresentadas nas negociações nacionais e internacionais.

3 ESTOQUES

Segundo Araújo (1980) a palavra estoques tem origem inglesa: *Stocks* que compreende algo reservado para ser utilizado quando necessário. De acordo com a maioria dos dicionários, estoques compreendem mercadorias direcionadas a venda. No entanto, para o autor o verdadeiro significado de estoques está relacionado à utilidade que ele tem para cada usuário, ou ainda, de acordo com as vantagens e desvantagens que sua manutenção oferece a cada empresa.

Os estoques compreendem um dos bens mais importantes do ativo circulante e são classificados como ativos tangíveis ou intangíveis. Podem ser destinados a venda ou ao próprio consumo da empresa (no processo de produção), estando, portanto, relacionado diretamente a atividade operacional da organização. Envolve ainda problemas de controle, administração, contabilização e avaliação. (FIPECAFI, 2009)

Estes estoques são ativos e podem ser representados de diversas formas, conforme afirmam Ernest & Young e Fipecafi (2009 p.61):

“os estoques são ativos: (a) destinados a venda no decurso normal dos negócios da entidade; (b) no processo de produção para venda; ou (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços.”

Davis et al (2001) complementa ainda que os estoques representam a quantidade dos itens ou recursos utilizados na empresa. Existe um conjunto de normas e controles que verificam os níveis de estoques e estabelecem quais devem ser mantidos, bem como em qual momento deve ser repostos e mensura o volume dos pedidos, esse fluxo é denominado **sistema de estoque** [grifo nosso].

Os estoques, um dos principais itens que compõe a estrutura do ativo circulante, podem ser dispostos de acordo com sua finalidade em tangíveis e intangíveis. Sua característica está relacionada diretamente ao ciclo operacional da empresa, pois são

itens que são destinados a venda ou consumidos no processo produtivo da própria organização.

Há dois momentos que configuram a movimentação dos estoques, o primeiro se dá pelas entradas de recursos e o segundo ocorre por meio das saídas. Segundo Davis et al (2001) as entradas podem ser representadas por itens humanos, financeiros, equipamentos e físicos como, por exemplo, a matéria-prima, enquanto as saídas são compostas por itens como peças, produtos em elaboração, produtos semi-acabados e produtos acabados. Esses recursos que formarão os estoques estão atrelados à operação da empresa, ou seja, se ela opera no ramo de tecnologia os seus estoques serão formados por capital humano (ativos intangíveis), já no caso de uma indústria e seu estoque será constituído, em sua maioria, por elementos físicos como matéria-prima (ativos tangíveis).

Em uma empresa industrial o ciclo produtivo é formado por várias etapas onde os estoques são classificados de acordo com cada fase desse processo. Geralmente são divididos em estoques de matéria-prima, estoques de produtos em fabricação, estoques de produtos semi-acabados e estoques de produtos acabados.

Estoques de matérias-primas são os insumos básicos e necessários para o processo produtivo da empresa e a quantidade utilizada está diretamente relacionada ao volume de produção. Matéria-prima compreende todos os materiais utilizados para composição do produto acabado, e ela não corresponde necessariamente à matéria bruta, pois em alguns casos, cujos produtos possuem vários componentes ela pode vir acabada de outros departamentos ou ainda, a empresa pode encomendá-la (já processada) de fornecedores externos (DIAS, 2008). Chiavenato (2005) afirma ainda que para garantir a seqüência e continuidade da produção é indispensável o ingresso da matéria-prima no processo produtivo. Dias (2008) salienta que o estoque de matéria-prima é comum em todas indústrias e seu nível de estocagem é determinado em função da freqüência do uso, investimento aplicado e das características físicas do material (tamanho e durabilidade).

O estoque de matéria-prima é componente indispensável ao processo de produção e sem ele talvez, dificilmente a organização conseguisse dar seqüência ao fluxo produtivo e chegar ao produto acabado. Mesmo que a palavra matéria-prima remeta à idéia de material bruto e sem acabamento, em muitos casos, em determinada fase do processo produtivo ela pode ser recebida de outro departamento ou fornecedores na forma de material acabado, para ser incorporada ao produto final. Tal fato é decorrente da complexidade do processo de fabricação de alguns produtos.

Araujo (1980) descreve os estoques de produtos em fabricação como sendo aqueles que estão no estágio intermediário do processo de produção, corresponde à fase em que a matéria-prima está sendo transformada em produto semi-acabado. Chiavenato (2005) complementa que nesta etapa estes estoques não se encontram no almoxarifado (por não serem matérias-primas) e também não fazem parte do estoque de produtos acabados (por ainda estarem em processamento) dessa forma Martins et al (2006, p. 170) afirma que "Muitas pessoas usam a expressão "produtos que estão *no meio da fábrica*" para designá-los".

Conforme Dias (2008) a duração e complexidade do processo produtivo e o volume de estoques de produtos em fabricação estão diretamente relacionados, pois quanto mais extenso o ciclo de produção maior será a quantidade demandada de estoques de produtos em elaboração, tendo, por conseqüência, elevados custos para mantê-los. Complementa ainda que o fluxo de produção vai desde a aquisição de matéria-prima até a comercialização do produto acabado, e o ideal é que a organização mantenha uma quantidade mínima de estoques afim de acelerar a produção e a rotatividade dos mesmos e ainda gerar caixa, tendo em vista, que o estoque sem movimentação pode representar recursos imobilizados.

Nesta etapa a matéria-prima já sofreu algumas transformações, mas ainda requer retoques até obter as características desejadas para chegar ao produto acabado. Esses estoques estão na fase intermediária da cadeia produtiva, dessa forma não estão contemplados no almoxarifado e tão pouco nos estoques de produtos acabados. Além disso, existe uma relação direta entre a quantidade de estoques em

fabricação e a duração do processo produtivo, por este motivo é muito importante saber administrar o fluxo dos estoques, pois a má administração destes pode gerar custos elevados e desnecessários para a empresa.

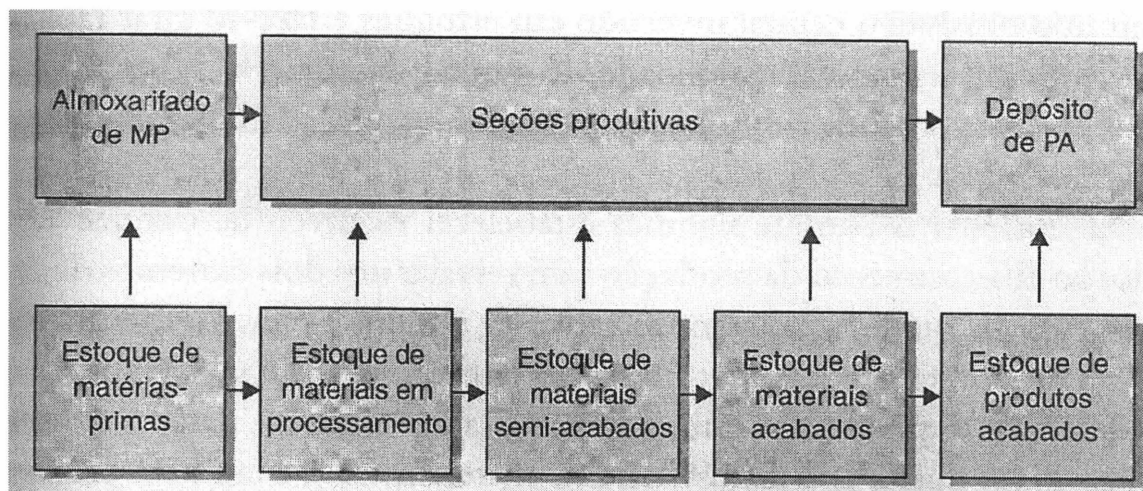
Segundo Chiavenato (2005, p. 70), estoques de materiais semi-acabados:

“... referem-se aos materiais parcialmente acabados, cujo processamento está em algum estágio intermediário de acabamento e que se encontram também ao longo das diversas seções que compõem o processo produtivo. Diferem dos materiais em processamento pelo seu estágio mais avançado, pois se encontram quase acabados, faltando apenas mais algumas etapas do processo produtivo para se transformarem em materiais acabados ou PAs”.

Estoques de produtos semi-acabados são os produtos parcialmente acabados que já sofreram algumas transformações e se encontram na fase final, ou seja, ainda necessitam sofrer pequenos ajustes (acabamentos) para se tornarem produtos acabados.

Chiavenato (2005) define que estoques de produtos acabados referem-se aos produtos inteiramente acabados e prontos para serem entregues aos consumidores, tendo passado por todas as etapas do processo produtivo. Dias et al (2008) relata que o estoque de produtos acabados corresponde aos itens totalmente produzidos que estão prontos para serem comercializados. As previsões de vendas, o fluxo produtivo e o investimento exigido determinam o nível de estoques de produtos acabados, por isso geralmente as empresas que produzem por encomenda mantêm quantidades mínimas, diferentemente daquelas que produzem com base nas previsões de vendas. O autor salienta ainda que uma das características dos estoques de produtos acabados é seu grau de liquidez, o qual está relacionado ao produto comercializado pela empresa, por exemplo, um produto mais específico pode ter menor liquidez ao contrário daqueles que possuem saídas maiores. No entanto, deve-se observar que quanto mais vulnerável estiver o produto acabado a obsolescência, maior o risco de perda.

A figura 1 mostra o fluxo produtivo, o qual demonstra as etapas de estocagem que vão desde a entrada de matéria-prima até a transformação em produto acabado:



Fonte: CHIAVENATO (2005, p. 71)

Figura 1 – As quatro classes de estoques de materiais.

Todas essas fases de estocagem requerem atenção por parte da empresa em relação a administração dos estoques, pois uma má gestão em todas as etapas leva a custos e estoques elevados. Sendo que o ideal é manter níveis de estoques que sejam suficientes para suprir as demandas de vendas e desta forma levando a geração de caixa para instituição, contribuindo diretamente para o ciclo operacional, financeiro e econômico, lembrando que os estoques é um dos componentes do capital circulante mais relevantes. Por esta razão, é imprescindível o controle dos estoques para que haja o equilíbrio entre a aquisição e a parcela que será consumida, pois se houver excesso poderá ocorrer uma paralisação de capital e se for insuficiente, a organização não terá a quantia demandada, ocasionado prejuízos.

Martins et al. (2006) salienta que os estoques são vistos pelas organizações sob a ótica gerencial, pois de alguma maneira eles proporcionam vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes, uma vez que a empresa consiga atender imediatamente seus clientes nas quantidades e no período solicitado. Para que isto ocorra é necessário que a empresa apresente no seu quadro administrativo uma equipe eficiente e que desempenhe uma gestão eficaz desses processos de estocagem.

Para controlar a quantidade de itens estocados, normalmente é utilizado inventário físico que nada mais é que a contagem física dos estoques. Segundo Martins et. al (2006), se houver divergência entre o inventário físico e os controles de estoques a empresa deve realizar um ajuste de acordo com as regras contábeis e tributárias. Afirma ainda que há a necessidade desses procedimentos, pois ajudam a minimizar desperdícios, contribuindo para que o produto a ser vendido tenha um custo final menor. Há duas maneiras de controlar os estoques, a saber:

- O **inventário permanente**, também conhecido como perpétuo, é mais utilizado por empresas com grandes movimentações de materiais em estoque ou em que os produtos tenham maior valor e proporciona um controle mais eficaz, pois registra todas as operações com estoque que ocorrem na organização e;
- O **inventário periódico** não registra todas as operações com estoques e é comumente utilizado pelas pequenas instituições que não necessitam de uma apuração mais precisa dos valores investidos em estoques e realizam operações de valores menos expressivos (SILVA e TRISTÃO, 2000).

É evidente a importância de se ter uma boa gestão de estoques, pois é por meio dela que se identificam os gargalos ou as carências que o sistema da empresa possui e criam-se oportunidades como o estabelecimento de estoques mínimos com redução de custos (inclusive na formação do custo final do produto), bem como atendimento aos consumidores nas quantidades e especificações requeridas e esse conjunto reflete no ciclo financeiro, econômico e operacional da empresa.

3.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES

Para determinar o custo unitário final utiliza-se a contagem física dos estoques, a qual é aplicada no inventário permanente e no periódico, e para apurar o montante do custo dos itens estocados multiplica-se o total da contagem física pelo valor unitário do produto (SILVA e TRISTÃO, 2000). Para essa mensuração de valor do estoque pode se

utilizar três métodos: primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS); último a entrar, primeiro a sair (UEPS) e média ponderada móvel.

3.1.1 PEPS – Primeiro que entra primeiro que sai

Neste critério, de acordo com FIPECAFI (2009, p.109) “(...) daremos baixa pelo custo de aquisição, da seguinte maneira: o Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai”. Isso quer dizer que as saídas ocorrem em ordem cronológica das entradas. No entanto, Araújo (1980) destaca que essa metodologia é satisfatória quando o giro do estoque é rápido ou quando o preço do produto puder ser absorvido nos custos dos materiais. Apesar disso o autor (p.216) ressalta que: “não obstante, a observação prática dessa política não é essencial para a aplicação do método contábil”.

	Entrada			Saída			Saldo		
	Quant.	Custo Unitário	Total	Quant.	Custo Unitário	Total	Quant.	Custo Unitário	Total
1º/maio							15	98	1.470
5/maio				5	98	490	10	98	980
10/maio	24	100	2.400				10	98	980
							24	100	2.400
15/maio				10	98	980			
				6	100	600	18	100	1.800
18/maio	36	102	3.672				18	100	1.800
							36	102	3.672
30/maio				18	100	1.800			
				26	102	2.652	10	102	1.020
Total	60		6.072	65		6.522			

Fonte: SILVA e TRISTÃO (2000, p. 194)

Figura 2 – Ficha de controle de estoques segundo o PEPS

A figura 2 representa uma ficha de estoque avaliado pelo método PEPS. Ao analisar a ficha percebe-se a seguinte movimentação: no dia 01/05 havia em estoque a quantidade de 15 unidades ao custo unitário de R\$ 98,00 totalizando R\$ 1.470,00 de

mercadorias. No 05/05 foram vendidas 5 unidades ao mesmo custo unitário no total de R\$ 490,00 de saídas, restaram em estoque 10 unidades pelo custo unitário de R\$ 98,00 e um montante estocado de R\$ 980,00. No dia 10/05 foram compradas 24 unidades no valor de R\$ 100,00 cada. Cinco dias depois ocorreu a venda de 16 unidades, baixando 10 unidades respectivas ao saldo inicial no valor unitário de R\$ 98,00 e mais 6 unidades referente à última aquisição a R\$ 100,00 cada, restando o saldo de R\$ 1.800,00 relativo a 18 unidades de R\$ 100,00 cada. Em 18/05 houve a segunda aquisição de mercadorias pelo valor de R\$ 3.672,00 correspondente a 36 unidades a valor unitário de R\$ 102,00. No dia 30/05 foram vendidas 44 unidades, sendo que 18 unidades ao custo unitário de R\$ 100,00 e 26 unidades ao custo de R\$ 100,00, restando em estoque R\$ 1.020,00 composto de 10 unidades ao valor de R\$ 102,00. Ao final do período o custo das mercadorias vendidas totalizou em R\$ 6.522,00.

Nota-se que na ficha de estoque, na coluna de saldos, repete-se sempre a quantidade anterior e acrescenta àquela adquirida posteriormente de forma separada e ao baixar as mercadorias vendidas, a prioridade é sempre da primeira que entrou no estoque e assim sucessivamente, isto reafirma o conceito do método PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair).

3.1.2 UEPS – Último que entra primeiro que sai

A sigla UEPS significa: último a entrar, o primeiro a sair e em inglês é conhecido como last in, first out (LIFO), sendo assim, o estoque é calculado pelo valor do último produto adquirido que geralmente é o mais elevado, provocando supervalorização do material (CHIAVENATO, 2005). Esse método é o mais apropriado em períodos inflacionários, pois mantém constantes os preços dos estoques para venda ao mercado. Araújo (1980) afirma que este método é muito vantajoso sob a ótica tributária, pois a margem de lucros aumenta à medida que os preços decrescem e diminui quando os preços aumentam.

Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Quant.	Custo	Total	Quant.	Custo	Total	Quant.	Custo	Total
1º/maio							15	98	1.470
5/maio				5	98	490	10	98	980
10/maio	24	100	2.400				10	98	980
							24	100	2.400
15/maio				16	100	1.600	10	98	980
							8	100	800
18/maio	36	102	3.672				10	98	980
							8	100	800
							36	102	3.672
30/maio				36	102	3.672	10	98	980
				8	100	800			
Total	60		6.072	65		6.562			

Fonte: SILVA e TRISTÃO (2000, p. 195)

Figura 3 – Ficha de controle de estoques segundo o UEPS

A figura 3 representa uma ficha de estoque avaliado pelo método UEPS. Ao analisar a ficha percebe-se a seguinte movimentação: no dia 01/05 havia em estoque a quantidade de 15 unidades ao custo unitário de R\$ 98,00 totalizando R\$ 1.470,00 de mercadorias. No 05/05 foram vendidas 5 unidades ao mesmo custo unitário no total de R\$ 490,00 de saídas, restaram em estoque 10 unidades pelo custo unitário de R\$ 98,00 e um montante estocado de R\$ 980,00. No dia 10/05 foram compradas 24 unidades no valor de R\$ 100,00 cada. Cinco dias depois ocorreu a venda de 16 unidades ao custo unitário de R\$ 100,00, totalizando R\$ 1.600,00 de saídas, o saldo de estoque ficou composto da seguinte maneira 10 unidades ao custo unitário de R\$ 98,00 e 8 unidades ao custo de R\$ 100,00 sumando R\$ 980,00. Em 18/05 houve a segunda aquisição de mercadorias pelo valor de R\$ 3.672,00 correspondente a 36 unidades a valor unitário de R\$ 102,00. No dia 30/05 foram vendidas 44 unidades, sendo que 36 unidades ao custo unitário de R\$ 102,00 e 8 unidades ao custo de R\$ 100,00, restando em estoque R\$ 980,00 composto de 10 unidades ao valor de R\$ 98,00. Ao final do período o custo das mercadorias vendidas totalizou em R\$ 6.562,00.

Observa-se que na ficha de estoque, na coluna de saldos, repete-se sempre a quantidade anterior e acrescenta àquela adquirida posteriormente de forma separada e ao baixar as mercadorias vendidas, a prioridade é sempre da última que entrou no estoque e assim sucessivamente, isto reafirma o conceito do método UEPS (último a entrar, primeiro a sair).

3.1.3 Média Ponderada Móvel

Este método de avaliação de estoques é o mais utilizado pelas organizações e baseia-se na avaliação de preços de todas as retiradas por meio do preço médio. Segundo CHIAVENATO (2005, p.89) “a saída do estoque é calculada pelo custo médio”, e ainda diz o que o saldo constante no estoque, bem como o custo dos materiais utilizados no processo produtivo é avaliado pelo custo médio. Os autores, Chiavenato (2005) e Araújo (1980), observam que no longo prazo a aplicação deste método mantém o equilíbrio entre os preços proporcionando um efeito estabilizante e os custos reais são refletidos nas operações de compras.

Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Quant.	Custo	Total	Quant.	Custo	Total	Quant.	Custo	Total
1º/maio							15	98,00	1.470,00
5/maio				5	98,00	490,00	10	98,00	980,00
10/maio	24	100,00	2.400,00				34	99,41	3.380,00
15/maio				16	99,41	1.590,59	18	99,41	1.789,41
18/maio	36	102,00	3.672,00				54	101,14	5.461,41
30/maio				44	101,14	4.450,04	10	101,14	1.011,37
Total	60		6.072,00	65		6.530,63			

Fonte: SILVA e TRISTÃO (2000, p. 196).

Figura 4 – Ficha de controle de estoques segundo a média ponderada

A figura 4 representa uma ficha de estoque avaliado pelo método Média Ponderada Móvel. Ao analisar a ficha percebe-se a seguinte movimentação: no dia 01/05 havia em estoque a quantidade de 15 unidades ao custo unitário de R\$ 98,00 totalizando R\$ 1.470,00 de mercadorias. No 05/05 foram vendidas 5 unidades ao mesmo custo unitário no total de R\$ 490,00 de saídas, restaram em estoque 10 unidades pelo custo unitário de R\$ 98,00 e um montante estocado de R\$ 980,00. No dia 10/05 foram compradas 24 unidades no valor de R\$ 100,00 cada. Cinco dias depois ocorreu a venda de 16 unidades ao custo unitário de R\$ 99,41 (média ponderada), totalizando R\$ 1590,59 de saídas, o saldo de estoque ficou em 18 unidades ao custo de R\$ 99,41 totalizando 1.789,41. Em 18/05 houve a segunda aquisição de mercadorias pelo valor de R\$ 3.672,00 correspondente a 36 unidades a valor unitário de R\$ 102,00. No dia 30/05 foram vendidas 44 unidades ao custo unitário de R\$ 101,14 (média ponderada) restando em estoque R\$ 1.011,37 composto de 10 unidades ao valor de R\$ 101,14. Ao final do período o custo das mercadorias vendidas totalizou em R\$ 6.530,63.

Observa-se que na ficha de estoque, na coluna de saldos, o custo unitário é obtido pela média ponderada que consiste na divisão do valor total do estoque pela quantidade total de itens, reafirmando o conceito do método Média Ponderada Móvel.

3.2 CUSTOS DOS ESTOQUES

Segundo Horngren (2004, p. 26) “Contadores definem custos como um recurso sacrificado ou renunciado para conseguir um objetivo específico.” Clemente e Souza (2007) complementa ainda que custo representa o esforço realizado para atingir determinado objetivo na organização e pode ser entendido como todos os bens e serviços gastos e / ou realizados no processo de produção para obtenção de outros produtos e serviços.

O Princípio da Prudência determina que (ao mensurar algum item que cause variação patrimonial) para as contas do Ativo deve-se utilizar o menor valor enquanto que para as contas passivas adota-se o maior valor (FIPECAFI, 2009). Não obstante, Ernst & Young e Fipecafi (2009) afirmam que a mensuração do custo dos estoques

ocorre pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois opta-se pelo menor. O valor de custo é composto por todos os custos incorridos para transformar os estoques e deixa-los na posição e condição que estes se encontram ao fim de determinado período. Aplica-se o valor realizável líquido quando os estoques sofrem alguma perda irrecuperável e seus custos não podem ser totalmente realizados, nestas condições, reduzem-se os estoques ao seu valor realizável líquido.

O processo de transformação da matéria-prima em produto acabado compreende vários níveis de agregação de custos e seu controle permite mensurar e comparar o consumo de recursos ao longo do fluxo de produção.

De acordo com Clemente e Souza (2007, p. 46)

“O **custo de transformação** representa os esforços da empresa, medidos em valores monetários, para transformar a matéria-prima em produto acabado. É constituído pelos custos de mão-de-obra direta (MOD) e pelos custos indiretos de fabricação (CIFs) e mede o valor agregado no processo de produção.”

Quadro 1 – Custo de Transformação

CUSTO DE TRANSFORMAÇÃO
Mão-de-Obra Direta (MOD)
+
Custos Indiretos de Fabricação (CIFs)

Fonte: Adaptado de Clemente e Souza (2007)

Os custos de transformação (ver quadro 1) dos estoques são formados pela mão-de-obra direta e pelos custos indiretos de fabricação. Os custos indiretos podem ser divididos em fixos ou variáveis. São fixos aqueles custos que não variam de acordo com o volume produzido, tais como aluguel do barracão de fábrica, salário do gerente de produção depreciação dos maquinários e outros. Custos variáveis oscilam de acordo com a quantidade produzida em um determinado período, como, por exemplo, custo de matéria-prima, água, energia, mão-de-obra indireta, etc. Estes gastos estão diretamente relacionados às unidades de produção e compõem o custo final do produto acabado.

O consumo dos bens e serviços no processo de transformação da matéria-prima, em determinado período representa os custos de produção e quando confrontado com o preço de venda possibilita conhecer a margem-fábrica, ou seja, seu lucro antes de considerar as despesas administrativas, comerciais, financeiras e impostos. Essa análise entre custos de produção e preço de venda permite avaliar a capacidade do ciclo produtivo na geração de lucro (CLEMENTE e SOUZA, 2007). Isto pode ser representado pelo esquema abaixo:

Quadro 2 – Custo de Produção

CUSTO DE PRODUÇÃO
Matéria-Prima + Mão-de-Obra Direta (MOD) + Custos Indiretos de Fabricação (CIFs)

Fonte: Adaptado de Clemente e Souza (2007)

Quadro 3 – Margem Fábrica

MARGEM FÁBRICA
Preço de Venda - Custo Unitário de Produção

Fonte: Adaptado de Clemente e Souza (2007)

Dessa forma pode-se entender que os custos de produção (ver quadro 2) são compostos pela matéria-prima que será consumida ou transformada ao longo do ciclo, somada com mão-de-obra direta utilizada em um período específico e mais os custos indiretos de fabricação incorridos no mesmo período e utilizados, também, na produção. Logo a margem-fábrica (ver quadro 3) é obtida pelo preço de venda deduzindo-se os custos de produção (matéria-prima, MOD e CIFs).

Segundo Clemente e Souza (2007) o **custo dos produtos fabricados** corresponde ao custo de produção dos bens definitivamente acabados em certo período. Martins (2000) complementa ainda que estes custos podem ser de períodos anteriores, pois estão relacionados a produtos que tiveram sua produção iniciada no

período anterior e finalizada no período presente. O quadro 4 representa a composição dos custos de produtos acabados:

Quadro 4 – Custo do Produto Fabricado

CUSTO DO PRODUTO FABRICADO
Custo de Produção
+
Inventário Inicial de produtos em elaboração
-
Inventário Final de produtos em elaboração

Fonte: Adaptado de Clemente e Souza (2007)

Sendo assim, os custos dos produtos fabricados são formados pelo custo de produção mais o inventário inicial de produtos em elaboração e deduzidos do inventário final dos produtos em elaboração.

Os **custos dos produtos vendidos (CPV)** correspondem aos custos dos bens efetivamente vendidos em certo período, sendo que as vendas podem ser a vista ou a prazo. Estes custos são confrontados com a receita operacional, tendo-se como resultado o lucro operacional bruto (CLEMENTE e SOUZA, 2007). Assim como os custos dos produtos fabricados, Martins (2000) afirma que na composição do custo dos produtos vendidos também pode haver custos relativos a produtos acabados em períodos anteriores que tiveram sua venda efetuada no período corrente.

Quadro 5 – Custo do Produto Vendido

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO
Custo Unitário de Produção
x
Quantidade Vendida no Período

Fonte: Adaptado de Clemente e Souza (2007)

O custo do produto vendido (ver quadro 5) é calculado pelo custo unitário de produção multiplicado pela quantidade vendida no período, lembrando que esse custo unitário de produção pode conter custos de períodos anteriores e presente. Diante do

exposto até o momento, pode-se entender que a composição do CPV se dá pela agregação dos custos de transformação, custos de produção, custo dos produtos fabricados e demais custos incorridos no processo, já ao final do fluxo todos esses custos serão absorvidos pelo produto com o objetivo de formar seu custo.

4 METODOLOGIA

Pesquisa pode ser definida de acordo com Gil (1996, p.19) “como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para tanto, faz-se necessário utilizar métodos, técnicas e outros conhecimentos científicos para construção da pesquisa e para se alcançar o resultado esperado. A pesquisa em questão tem uma abordagem qualitativa e tem por objetivo ser uma pesquisa descritiva e como procedimentos metodológicos utilizará a pesquisa bibliográfica e documental. A vantagem dessa pesquisa é que ao consultar várias fontes que abordam o assunto o trabalho pode apresentar maior qualidade se elaborado apenas com o conhecimento do autor que o fez.

Abordagem qualitativa segundo Silva (2006) consiste em não utilizar dados estatísticos para resolução de problemas e esta abordagem leva em consideração aspectos sociais como crenças, valores, motivação e etc. Isto quer dizer que esta abordagem faz uso de dados reais. O presente trabalho tem a intenção de analisar os diferentes (ou não) resultados das demonstrações apresentadas em normas distintas.

Uma pesquisa descritiva, segundo Cervo e Bervian (2002, p.66) “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Serão estudadas e analisadas informações diferentes com a finalidade de comparar os resultados. Pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (1990) é aquela que se utiliza de divulgações já publicadas, isto é, quando já ocorreu um estudo sobre determinado assunto. Segundo as autoras a pesquisa bibliográfica proporciona chegar a um novo ponto de vista sobre determinado tema utilizando materiais que já foram publicados sem se caracterizar como uma mera repetição do assunto. Esse estudo bibliográfico terá como base materiais como livros e artigos que tratem de temas como de contabilidade, globalização, contabilidade internacional, estoques e afins. Para Silva (2006, p.55) a pesquisa documental “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado; suas fontes são as mais diversificadas e dispersas”. Em conformidade com o autor, a pesquisa

documental faz uso de documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados como, por exemplo, dados do IBGE, IPEA DATA, LEIS e outros. Deste modo, a pesquisa documental neste trabalho será por meio da Legislação Brasileira, mais precisamente a Lei das Sociedades Anônimas por Ações.

5 COMPARAÇÃO ENTRE AS NORMAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

A contabilidade vem sofrendo diversas mudanças nos seus métodos de contabilização, emissão de relatórios, reportes de demonstrações contábeis e outros. Esse fato decorre da necessidade de uma harmonização de informações contábeis, segundo Weffort (2005, p.21) “a harmonização pode ser entendida como um processo por meio do qual as diferenças nas práticas contábeis entre os países são reduzidas”. E ainda a autora salienta que a harmonização não trata de eliminações das diferenças, e sim de redução porque em cada país as normas contábeis possuem aplicabilidades diferentes.

Esta é uma tendência mundial, tanto que diversos organismos no Brasil se organizaram para re-elaborar a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) para estar em consonância com as normas internacionais de contabilidade. Desta maneira no final do ano de 2007 foi publicada a Lei 11.638/2007, a qual possibilitou que o Brasil se adequasse com mais facilidade aos parâmetros internacionais, tornando-se um fato marcante para a contabilidade brasileira, pois com estas mudanças a contabilidade que normalmente era feita para atender o fisco, passou a ter um enfoque gerencial, e também enfatizando a importância da contabilidade como geradora de informações para a tomada de decisão.

A União Européia é um bloco econômico, no qual os países-membros se inter-relacionam economicamente, sendo assim surgiu a necessidade de harmonização contábil entre eles com a finalidade de proporcionar maior comparabilidade entre as demonstrações para facilitar as negociações. De acordo com Ernst & Young e Fipecafi (2009, p.xxi)

a Comissão Européia decidiu, em 2001, adotar as normas internacionais de contabilidade (IAS) emitidas até então pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) como a base para a preparação das demonstrações financeiras das empresas abertas da Comunidade Européia. Essa decisão coincidiu com a reestruturação do IASC e a criação do *International Accounting Standards Board* (IASB).

Apesar da idéia de harmonização surgir na Europa, tal necessidade não era singular a esses países, pois com o advento da globalização empresas do mundo inteiro realizam negócios com o mercado externo e se valem das demonstrações financeiras como importante instrumento para tomada de decisões de investimentos. Assim como os negócios se internacionalizaram, conseqüentemente a contabilidade se viu obrigada adequar-se a esse processo, criando as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* – propostas pelo *International Accounting Standards Committee*. E o Brasil, não obstante dos outros países sentiu a necessidade de se preparar para alinhar suas práticas contábeis à essas normas. Esse processo atingiu vários itens contábeis, dentre eles os estoques.

Como já mencionado anteriormente, nesta obra, o estoque é um dos Ativos mais relevantes da empresa por dinamizar o ciclo operacional da mesma, e tão importante é sua aplicabilidade que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu um pronunciamento exclusivo para tratar de estoques (CPC 16) o qual edita as normas brasileiras de forma a ajustá-las as normas internacionais de contabilidade. Tal pronunciamento foi elaborado para atender as especificações do IAS 2 (*International Accounting Standard*) que é a norma internacional que preceitua o tratamento contábil a ser dado aos estoques nas organizações.

5.1 COMPARAÇÃO ENTRE CONCEITO DE ESTOQUES – IFRS X BRGAAP

Os estoques são ativos destinados a venda ou ao consumo no próprio processo produtivo, sendo no Brasil tratados pelas seguintes normas: CPC 16; NPC 2 (Normas e Procedimentos de Contabilidade), NBC T 4 (Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas), RIR/99 e a Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07. O instrumento que normatiza o tratamento dos estoques no âmbito internacional é a IAS 2. Estas duas normas não apontam diferenças em relação ao conceito de estoques, lembrando que estes são compostos por ativos tangíveis e intangíveis.

Todavia, quando o assunto é propriedade de bens há algumas divergências entre as normas: a IAS 2 não faz alusão ao conceito de posse do bem, porém define

que estoques são todos os ativos cujos benefícios e riscos oferecidos são de direito e responsabilidade da empresa. Já a NPC 2 delibera que os estoques representam os bens e direitos da entidade, sendo alocados no estoque próprio ou em poder de terceiros, contudo não há especificações claras na norma em relação ao registro do estoque quando este não está em poder da instituição.

Com relação aos bens em consignação a norma brasileira regulamenta que todos os ativos oriundos dessa operação não devem ser reconhecidos no estoque, quando a organização não detém responsabilidade ou compromisso algum de aquisição desses bens. Ao passo que a norma internacional determina que se realize uma análise “caso-a-caso” dos contratos de consignação, por exemplo, em um contrato de consignação que prevê a emissão de uma nota fiscal de venda para retorno das mercadorias não consumidas, a consignatária em determinado período, é considerada pela IAS 2 um contrato de compra e venda, portanto deve ser reconhecida como tal desde o início e não como consignação.

5.2 COMPARAÇÃO ENTRE MENSURAÇÃO DE ESTOQUES – IFRS X BRGAAP

No que diz respeito à mensuração de estoques a norma internacional e a nacional possuem a mesma postura. Dessa forma os estoques podem ser avaliados pelo custo de aquisição (ou de fabricação) e pelo valor líquido realizável (ou valor de mercado), dos dois opta-se pelo menor, além disso, é necessário incorporar todos os custos gerados no processo produtivo aos estoques levando-os a sua condição atual. No IAS 2 há uma singularidade com relação mensuração de estoque, pois aceita que seja aplicado o valor justo (*fair value*), ou seja, o valor que um ativo pode ser negociado no mercado por duas partes sem que haja vantagem para alguma delas. No Brasil, o valor realizável líquido e o valor de mercado são os conceitos de mensuração que mais se aproximam ao valor justo, mas não se igualam. O valor realizável líquido é o preço de venda deduzido de todos os custos necessários para finalizar a produção e efetivar a venda, enquanto que o valor de mercado, de acordo com a NBCT 4 e a Lei 6.404/76,

corresponde ao preço líquido de venda, deduzidas as despesas e a margem de lucro ou o valor líquido realizável menos a margem de lucro. Nesse aspecto a margem de lucro é responsável por outra diferença entre a IAS 2 e a norma local.

Enquanto a NPC 2 declara que os critérios e técnicas de mensuração de estoques não se aplicam a ativos estocados nas empresas em processo de descontinuidade a IAS 2 não se manifesta com relação ao assunto. Contudo, para todos os efeitos as normas internacionais e brasileiras determinam que as empresas em processo de descontinuidade devam mensurar e registrar os bens mantidos no estoque pelo valor líquido de realização, fazendo ainda com que a aplicação desse método seja efetivada na essência e na forma.

As normas locais e internacionais determinam que as empresas em processo de descontinuidade façam a mensuração e o registro dos seus estoques pelo valor líquido realizável, pois dessa forma as demonstrações financeiras poderão representar com maior clareza e fidedignidade a situação dos ativos estocados da instituição em determinada data.

O custo de aquisição composto pelo preço de venda, os impostos irrecuperáveis para a organização, seguros, custos de transportes como os fretes e outros custos diretamente relacionados na aquisição de bens (matéria-prima) é um dos custos que devem ser incorporados ao estoque. No entanto, demais custos como abatimentos e descontos comerciais não devem ser considerados no custo de aquisição e é este um dos conceitos que distingue a norma internacional da nacional, pois a IAS 2 é clara nas suas definições sobre estes outros custos e suas deduções no custo de aquisição de estoque. Enquanto que na norma nacional não existe definição sobre essas reduções no custo de aquisição, em contrapartida fala-se claramente sobre o tratamento dos impostos incidentes nas compras de materiais e sua relação com a incorporação ou não no custo de aquisição. A NPC 2 menciona que estes impostos (ICMS, IPI, COFINS e PIS) que são recuperáveis devem ser excluídos do custo de aquisição.

Ao ser realizada uma compra a prazo de material podem haver custos financeiros embutidos no preço, diante de tal fato a IAS 2 estabelece que esses

elementos financeiros sejam considerados como despesa financeira do período. Na norma local não há nenhuma recomendação que trate desse assunto, ou seja, não existe nenhuma regra específica, a única ressalva diz respeito aos juros, os quais são considerados necessários para possibilitar que o estoque esteja em suas condições e localização atual.

Para transformar os insumos e materiais em produtos acabados há a demanda de custos de transformação como, por exemplo, mão-de-obra direta. Além disso, existe a alocação de gastos gerais de fabricação, os quais podem ser classificados em fixos ou variáveis, o primeiro compreende os custos indiretos e independe do volume de produção, o segundo também contempla os custos indiretos, mas sua oscilação está diretamente relacionada à quantidade produzida. Tanto os custos de transformação quanto os gastos gerais relativos à produção devem ser incorporados ao custo do estoque e sua aplicação é harmônica entre as duas normas: nacional e internacional. Todavia aqueles gastos gerais que não são oriundos do processo produtivo possuem regras distintas em cada norma, enquanto a IAS 2 aceita que estes gastos sejam alocados ao custo dos produtos acabados, na norma brasileira esta prática não é aceita.

5.3 COMPARAÇÃO ENTRE TÉCNICAS DE CUSTEIO – IFRS X BRGAAP

Tão importante é a gestão de estoques, que conforme o artigo 286 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 é possível a verificação de omissão de receitas por meio de um levantamento, por espécie, de matérias-primas e produtos intermediários utilizados no fluxo de produção da organização. Segundo o RIR/99 há omissão de receita quando há diferença entre a soma dos estoques no início do período com a quantidade de itens produzidos, as matérias-primas e produtos intermediários aplicados durante o período e a soma da quantidade de produtos comercializados, cuja venda esteja registrada no Livro Registro de Inventário.

A diferença monetária ou receita omitida é apurada multiplicando-se as quantidades de itens produzidos, matérias-primas e produtos intermediários pelo valor médio das vendas ou compras (dependendo da situação) relativas aos períodos contemplados. Contempla ainda a elisão de receita as quantias creditadas em conta corrente ou conta de investimentos da instituição que não tenham sua origem comprovada, e sobre esses valores incidirão os tributos que ainda não foram computados, calculados de acordo com a competência em que ocorreram os créditos.

Dessa forma, Araújo (1980) afirma que é indispensável o controle de estoques para alcançar os objetivos da organização e destaca algumas funções que auxiliam nesse controle, dentre elas há a elaboração mais completa possível e atualização da ficha de estoques, calcular o estoque mínimo a ser mantido para atender a demanda produtiva e de venda e manutenção das quantidades de suprimentos e consumo de matérias.

Normalmente os controles mais simples de estoques são feitos com a finalidade de monitorar as quantidades, no entanto há a necessidade de um acompanhamento mais completo que avalie o preço e gere informações financeiras atualizadas que são almejadas por vários motivos, como por exemplo, os citados nos parágrafos acima. Para tanto se utilizam fichas de controle de estoques, que podem ser apresentadas pelo método PEPS, UEPS e média ponderada móvel.

De acordo com CPC 16 as metodologias utilizadas para avaliação de estoques são o PEPS e a média ponderada móvel que estão em consonância com o Regulamento do Imposto de Renda de 1999, onde se prescreve, no artigo 295, que esses são os dois métodos passíveis de serem aplicados nas organizações que possuem controle de estoques. O CPC ainda recomenda que para produtos de uso semelhantes deve-se adotar uma única metodologia, contudo, quando a organização trabalhar com estoques de produtos diferentes que requerem tratamento diferenciado é justificável e possível o uso de metodologias distintas.

Na metodologia do PEPS, a saída de materiais ocorre de forma cronológica, ou seja, os itens adquiridos mais recentemente serão vendidos por primeiro. A aplicação

desse método é interessante quando a organização dispõe de um giro de estoque rápido. Já a média ponderada móvel determina o custo de cada item baseando-se na média dos custos dos produtos no fim de cada período. Nota-se que em momento algum o CPC 16 e o RIR/99 mencionam a utilização do UEPS para avaliação de estoques, isto porque, a aplicação dessa metodologia implica em custos mais elevados, conseqüentemente resultando em um menor lucro, reduzindo a base de cálculo para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), desta forma tornando-se vantajoso para a empresa do ponto de vista tributário.

Quanto à mensuração de custo Ernst & Young e Fipecafi (2009, p.63) relata que

A norma define o valor realizável líquido como sendo “o valor líquido que uma entidade espera realizar com a venda do estoque no decurso normal dos negócios” e valor justo é definido como “aquele pelo qual um ativo pode ser trocado ou um passivo pode ser liquidado entre partes cientes do negócio e voluntariamente participantes de uma transação entre partes independentes”. Dessa forma, o valor realizável líquido não é necessariamente equivalente ao valor justo, menos custos de vender, uma vez que, diferentemente o valor justo, o valor realizável líquido é específico da entidade.

O valor realizável líquido representa o valor ajustado do bem caso ele tenha se desvalorizado como obsolescência, queda de preço de venda ou danos. O valor justo corresponde ao valor de mercado ou ao preço de negociação entre as partes relacionadas.

O IFRS, como já citado neste estudo, trata-se de importantes normas internacionais divulgadas com o intuito de auxiliar no processo de harmonização das demonstrações contábeis. Por se tratar de divulgações recentes, o IFRS não dispõe de normas para todos os aspectos contábeis, e devido a isso, utilizam as IAS, que são normas européias que complementam a estrutura do IFRS, sendo o estoque um dos itens mais relevantes do ativo circulante, a ponto de existir publicada uma IAS específica para o tratamento deles que é o IAS 2 – Estoques.

De acordo com Ernst & Young e Fipecafi (2009), a IAS 2 é aplicada a grande maioria dos estoques com exceção daqueles que estão relacionados com instrumentos

financeiros, ativos biológicos e de produção em elaboração, oriundos de contratos de construção. Esta norma tem o objetivo de orientar as organizações para os pontos relacionados ao custo dos estoques, valor realizável líquido, método de avaliação de estoques e as divulgações necessárias. O custo de estoque deve ser apurado pelo valor de mercado ou valor realizável líquido, optando-se pelo menor custo dentre eles, e a norma preceitua que custos são aqueles que abrangem todos os custos de aquisição, transformações e outros que sejam utilizados no processo de produção.

Os autores supracitados ainda afirmam que para os métodos de mensuração dos estoques, pode-se utilizar a média ponderada móvel ou PEPS, sendo estes também os métodos permitidos pela Legislação do Imposto de Renda – RIR/1999. Antigamente a IAS 2 permitia o uso do UEPS para avaliação de estoque, mas a partir de 2003 após uma revisão da norma passou a não permitir que essa metodologia fosse aplicada pelas empresas. Em relação à norma praticada no Brasil, a IAS 2 traz uma particularidade porque aceita que sejam usados dois métodos distintos quando a organização atua em segmentos de negócios diferentes.

Com a relação à avaliação de estoques, esta pode ser mensurada de acordo com o valor realizável líquido. Segundo a IAS 2, para obter o valor realizável líquido da matéria-prima é possível utilizar vários métodos já que ela não especifica qual deve ser utilizado. Ao contrário da norma brasileira, a qual estabelece a aplicação do custo de reposição, mediante compra no mercado, para avaliação do valor líquido de realização. Contudo, as normas se equivalem quando, na organização, ocorre a seguinte situação: quando o preço do produto final se mantém igual ou superior ao seu custo não há necessidade de ajustar os custos dos produtos que serão agregados ao produto final. Caso o preço do produto seja inferior ao seu custo é recomendada a aplicação do custo de reposição para chegar ao valor realizável líquido (ERNST & YOUNG E FIPECAFI, 2009).

De modo geral, a norma brasileira que trata de estoques é semelhante a norma internacional (IAS 2), porém diferem em relação a avaliação da necessidade de provisão para desvalorização de estoques de matéria-prima e produto acabado. No que

diz respeito a matéria-prima, no Brasil é possível que seu valor realizável líquido seja obtido somente pelo custo de reposição, já internacionalmente a norma é omissa quanto ao método a ser utilizado para avaliar o valor líquido de realização, dessa forma, pode-se chegar ao valor por meio de vários métodos. Com relação aos custos dos produtos destinados a venda, na legislação brasileira é possível mensurá-los através do valor de mercado, inclusive podendo aplicar a margem de lucro para chegar a esse valor.

Com relação aos custos não recuperáveis, a NBCT 4 define que quando alguns itens dos estoques se tornam obsoletos (deteriorados em função do tempo, dos avanços tecnológicos entre outros fatores) ou não estão mais em condições de uso por algum outro motivo, eles devem ser avaliados pelo seu valor líquido de realização, a norma estabelece ainda que para aqueles bens que não podem mais ser colocados à venda é necessário realizar a baixa dos mesmos.

De acordo com a IAS 2, custos não recuperáveis ocorrem quando: os estoques se tornam obsoletos, danificados, perdem valor no seu preço de venda, ou ainda quando a soma dos custos incorridos na produção e dos custos de venda aumentam de tal forma que não se consiga recuperá-los, sendo assim, é preciso levar estes estoques ao seu valor que de fato valem, avaliando-os pelo valor líquido de realização. Para tanto, é recomendado que tal avaliação seja aplicada item a item do estoque, porém é possível a aplicação a itens agrupados.

É importante salientar ainda que, ao mensurar o valor líquido dos bens é imprescindível analisar a finalidade de cada bem estocado. Por exemplo, se os produtos são destinados a venda, deve-se levar em consideração o preço contratado para se obter uma estimativa da valoração do estoque.

Segundo Ernst & Young e Fipecafi (2009), a norma internacional estabelece que as demonstrações financeiras devem conter: as práticas contábeis e métodos utilizados para valoração dos estoques; o valor total dos estoques e a sua abertura por item; a soma dos estoques reconhecidos pelo valor justo menos os custos incorridos com vendas; o montante dos estoques registrados como despesas no período; o total das

perdas nos estoques incorridas no período; os fatores que levaram a reversão das baixas de períodos anteriores e; o total de estoques oferecidos como garantia de obrigações para com terceiros.

Já para as divulgações das demonstrações financeiras no Brasil, devem ser divulgadas as seguintes informações: disposição do estoque no ativo circulante; o valor total de todos os itens estocados, inclusive os itens destinados a importação e os adiantados a fornecedores; os ajustes ao valor de mercado e ao valor realizável líquido que compõem o custo do produto vendido; informações adicionais das movimentações do estoque devem ser divulgadas por meio das notas explicativas e os itens que são mencionados, referem-se à base de avaliação e método de custeio dos estoques, as alterações nos métodos contábeis que foram relevantes no período corrente e possa ser no período seguinte, vinculações e restrições que a movimentação do estoque possa estar submetida (ERNST & YOUNG E FIPECAFI 2009).

Conforme o estabelecido nas normas IAS 2 e NPC 2 são semelhantes as informações que devem divulgadas nas demonstrações financeiras, divergindo apenas nos seguintes aspectos: exposição dos valores de estoques baixados como perdas no período; o total de reversão de perdas e os fatores que ocasionaram (definido na norma internacional e não mencionado na nacional) e registro dos estoques que não são de posse jurídica da organização.

6 ANÁLISE COMPARATIVA

De acordo com exposto no capítulo anterior existem semelhanças e divergências entre as normas internacionais e nacionais com relação ao item Estoque. O quadro 6 apresentado o comparativo apontando de forma resumida essas diferenças e similaridades entre as normas.

Quadro 6 – Comparação BRGAAP X IFRS

	BRGAAP	IFRS
Conceitos de Estoques	São ativos destinados a venda ou ao consumo no próprio processo produtivo. Normas: CPC 16 / NPC 2 / NBC T4 / Lei 6.404/79 alterada pela 11.638/2007.	são ativos destinados a venda ou ao consumo no próprio processo produtivo. Norma: IAS 2
Propriedades de Bens	NPC 2 delibera que os estoques representam os bens e direitos da entidade são alocados no estoque próprio ou de terceiros; Não há especificações claras na norma em relação ao registro do estoque quando não está em poder da instituição	IAS 2 não faz alusão ao conceito de posse do bem, porém define que estoques são todos os ativos cujos benefícios e riscos oferecidos são de direito e responsabilidade da empresa.
Bens em Consignação	Regulamenta que todos os ativos oriundos dessa operação não devem ser reconhecidos no estoque, quando a organização não detém responsabilidade ou compromisso algum de aquisição desses bens	Determina que se realize uma análise "caso-a-caso" dos contratos de consignação
Mensuração de Estoques	Avaliação pelo custo de aquisição e pelo valor líquido realizável, dos dois o menor.	Avaliação pelo custo de aquisição e pelo valor líquido realizável, dos dois o menor. Aplicado do valor justo (fair value)
Empresas em Processo de descontinuidade	Os critérios e técnicas de mensuração de estoques não se aplicam a ativos estocados nas empresas em processo de descontinuidade Determinam que as empresas em processo de descontinuidade devam mensurar e registrar os bens mantidos no estoque pelo valor líquido de realização.	Não há regra específica com relação a mensuração Determinam que as empresas em processo de descontinuidade devam mensurar e registrar os bens mantidos no estoque pelo valor líquido de realização.
Custo de aquisição	Custos relacionados a produção devem ser incorporados ao estoques.	Custos relacionados a produção devem ser incorporados ao estoques.
Compras a prazo	Não há regra específica em relação a abatimentos e descontos financeiros.	IAS 2 estabelece que esses elementos financeiros sejam considerados como despesa financeira do período
Custo de Transformação	Os gastos gerais não relacionados a produção não podem ser alocados ao custo dos estoques.	Os gastos gerais não relacionados a produção podem ser alocados ao custo dos estoques.
Técnicas de Custeio	PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS (aceito contabilmente, mas não pelo fisco).	PEPS e Média Ponderada Móvel
Custos não recuperáveis	Estoques obsoletos ou sem condições de uso devem ser avaliados pelo seu valor líquido de realização	Custos não recuperáveis - os estoques obsoletos, danificados, redução no preço de venda são avaliados pelo valor líquido de realização
Divulgações das demonstrações financeiras	As práticas contábeis e métodos utilizados para valoração dos estoques.	Disposição do estoque no ativo circulante; ; informações adicionais das movimentações do estoque por meio das
	o valor total dos estoques e a sua abertura por item	o valor total de todos os itens estocados, inclusive os itens destinados a importação e os adiantados a fornecedores
	a soma dos estoques reconhecidos pelo valor justo menos os custos incorridos com vendas	os ajustes ao valor de mercado e ao valor realizável líquido que compõem o custo do produto vendido
	o montante dos estoques registrados como despesas no período	notas explicativas: base de avaliação e método de custeio dos estoques, as alterações nos métodos contábeis que foram relevantes no período corrente e possa ser no período seguinte, vinculações e restrições que a movimentação do estoque possa estar submetidos.
	o total das perdas nos estoques incorridas no período	
	os fatores que levaram a reversão das baixas de períodos anteriores	
	o total de estoques oferecidos como garantia de obrigações para com terceiros	

Com relação ao quadro apresentado, nota-se que entre as normas há mais similaridades do que diferenças no tratamento dos estoques. Em alguns casos, enquanto uma prescreve claramente determinado procedimento para aplicar em certas situações, a outra não faz menção ou não é específica na sua redação. Dentre as diferenças analisadas a mais expressiva é com relação à mensuração de estoques, onde o valor de mercado e o valor realizável líquido são aceitos por ambas, contudo a norma internacional prevê ainda o valor justo como forma de valorar os itens estocados e no Brasil não há nenhum método equivalente. Ao tratar as semelhanças destaca-se a aceitação do PEPS e da média ponderada móvel como técnicas para mensurar o custo dos estoques.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo encontra-se em constante mudança em função do fenômeno da globalização fazendo com que as informações sejam processadas quase que instantaneamente. Diante desse cenário, a contabilidade é uma das principais ferramentas que retrata a saúde econômica-financeira através de informações que devem ser claras e confiáveis, auxiliando os gestores, investidores e demais usuários na tomada de decisão.

Em função da internacionalização de capitais, houve a necessidade de que tais informações, além de idôneas, fossem comparáveis com as divulgadas por outras empresas em qualquer lugar do mundo. O processo de harmonização das demonstrações contábeis repercutiu de forma significativa em vários países, inclusive no Brasil que para se adequar instituiu o CPC, e alterou a Lei das S.A através da Lei 11.638/07. No Brasil, assim como em outros países, foi necessária a intervenção de órgãos regulamentadores para realinhar os procedimentos contábeis, a fim de atender as especificações das normas internacionais de contabilidade propostas pelo IASB através dos IFRS's e das IAS's.

Com a atualização da legislação societária e a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as práticas contábeis brasileiras sofreram algumas mudanças, dentre as quais está o tratamento dado aos estoques. Em relação às técnicas de mensuração, é aceito legalmente no Brasil o PEPS e média ponderável móvel, sendo o UEPS aceito apenas contabilmente, já de acordo as normas internacionais, a partir de 2003, o UEPS passa a não mais ser adotado, e assim como no Brasil adota-se PEPS e média ponderável móvel.

Neste panorama de mudanças e atualizações de procedimentos que contabilidade vem sofrendo, destaca-se como umas das principais diferenças entre a contabilidade brasileira e a internacional a aplicação do valor justo para avaliação dos estoques. Este procedimento é utilizado pela IAS 2, no entanto, no Brasil não há nada

que se iguale a esse procedimento. A técnica que mais se aproxima na contabilidade brasileira com relação ao valor justo aplicado pelo IAS 2 é o valor realizável líquido e o valor de mercado.

8 REFERÊNCIAS

ARAUJO, Jorge Sequeira de. **Almoxarifados: administração e organização**. 9. ed. São Paulo : Atlas, 1980.

BRASIL. Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=51>> Acesso em: 31 out. 2009.

BRASIL. Deliberação CVM nº 575, de 05 de junho de 2009. Aprova o pronunciamento técnico CPC 16 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de estoques. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=\deli\deli575.doc>. Acesso em 15 abr. 2010.

BRASIL. Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

BRASIL. Lei 11.638 de 27 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 03 nov. 2009.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo : Prentice Hall, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de materiais: uma abordagem introdutória**. S/ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

DAVIS, Mark M. et al. **Fundamentos da administração da produção**. 3. ed. Porto Alegre : Bookman Editora, 2001.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

ERNST & YOUNG e FIPECAFI. **Manual de normas de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 1. ed. São Paulo : Atlas, 2009.

FARAH, Pedro. **Harmonização contábil: chave para o crescimento**. Disponível em: <<http://www.ey.com>>. Acesso em 08 mai. 2009.

FERNANDES, Luciane Alves; SANTOS, José Luiz; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade internacional avançada**. s/. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1996.

HORNGREN, Charles T. et al. **Contabilidade de custos : uma abordagem gerencial**. 11. ed. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2007

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1990.

MARTINS, Petrônio Garcia. ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2006.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. ed. São Paulo : 2009.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 2. ed. São Paulo : 2006.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado.** São Paulo : Ed. Atlas, 2005.